

A GRANDE GUERRA E A INTEGRIDADE OTOMANA AOS OLHOS LONDRINOS (1918-1920)

DANIEL LORENZO GEMELLI SCANDOLARA¹

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

danieugescan@gmail.com

Resumo: Este texto analisa, a partir da perspectiva britânica, os motivos pelos quais o Império Otomano continuou existindo como um sultanato após a Primeira Guerra Mundial, apesar de sua derrota. Enquanto grande parte dos estudos foca nas regiões do Oriente Médio transformadas em mandatos franco-britânicos, este estudo se concentra na chamada “parte turca” do Império. Argumenta-se que a continuidade do sultanato era desejável para o Império Britânico, e o texto se estrutura em três eixos: as prioridades britânicas antes das negociações de paz; os debates internos entre ministros britânicos durante as negociações do chamado “tratado otomano”; e, por fim, a conclusão de que manter o sultanato atendia aos interesses britânicos no pós-guerra.

Palavras-chave: Otomano; Britânico; império; estado; sultanato.

THE GREAT WAR AND OTTOMAN INTEGRITY IN LONDON’S EYES (1918–1920)

Abstract: This writing analyzes, from the British perspective, the reasons why the Ottoman Empire continued to exist as a sultanate after World War I, despite its defeat. While most studies focus on the Middle Eastern regions that were turned into French and British mandates, this study concentrates on the so-called “Turkish part” of the Empire. It argues that the continuation of the sultanate was desirable for the British Empire, and the argument is structured around three main points: British priorities before the peace negotiations; internal debates among British ministers during the negotiations of the so-called “Ottoman treaty”; and, finally, the conclusion that preserving the sultanate served British interests in the post-war period.

Keywords: Ottoman; British; empire; state; sultanate.

1 Possui bacharelado em Ciência Política pela Universidade de Brasília (2017), mestrado em História Contemporânea pela Universidade de Brasília (2020) e mestrado em Direitos Humanos e Democratização pelo Global Campus of Human Rights (CES, sede em Yerevan, Armênia) (2022). Autor do livro “Um Estopim em 1914: a política britânica em relação ao Império Otomano e sua preservação” (Dialética, 2022). Email: *danieugescan@gmail.com*

INTRODUÇÃO

Muito do que já foi estudado sobre a dissolução do Império Otomano na Primeira Guerra Mundial enfoca-se nas partes médio-orientais que foram transformadas em mandatos franco-britânicos no pós-guerra. Em relação à “parte turca”, o processo que levou de 1919 a 1920 para ser concluído pelas Potências Aliadas já também foi consideravelmente discutido, porém, sem se atrelar tanto aos porquês da continuidade daquele Estado como um sultanato no pós-guerra.

Este breve escrito, baseado no ponto de vista britânico, considera tais porquês e como a forma do Império Otomano tal como era antes da guerra ajuda a entendê-los. O fator principal, portanto, está em entender o quanto a continuidade do sultanato era desejável para o Império Britânico.

Neste sentido, o texto se organiza em três eixos: o primeiro discute quais eram as prioridades da agenda britânica quanto ao futuro do Império Otomano, já derrotado, antes das negociações de paz com os Aliados. O segundo discute tais negociações, as quais considerariam um “tratado otomano”, dando maior destaque aos ministros britânicos e identificando suas opiniões em relação ao que deveria ser feito do Império. Por fim, o terceiro eixo, a “conclusão”, exprime que a continuidade era daquele Estado como um sultanato era desejável.

CONHECIMENTO DE PRIORIDADES

Às vésperas da Conferência de Paz em Paris, que se iniciaria em janeiro de 1919, o Conselho de Ministros britânico tinha noção de que seus compromissos e preferências em relação ao “Oriente” deveriam ser minimamente revisados e estabelecidos. O Império Otomano estava rendido a partir da assinatura do Armistício de Mudros, em outubro, e tudo seria posto à mesa de negociações junto às outras Potências Aliadas (França, Itália e Estados Unidos).

Já se tinha claro que a este Estado os territórios otomanos “mesopotâmicos” do pré-guerra não fariam parte, uma vez que as negociações secretas conduzidas junto à França entre 1915 e 1917 provinham um delineamento a esse respeito. Contudo, a extensão deste Estado na região da Anatólia e Europa Oriental, partes otomanas “sobressalentes”, passou a ser rediscutida com o colapso da Rússia Imperial e a adesão da Itália ao bloco dos Aliados².

2 CAB/42/11/5; AGREEMENT Between France, Russia, Great Britain and Italy,” opened for signature April 26, 1915. Miscellaneous, n. 7, 1920, p. 5–6.

As negociações com Roma haviam estabelecido, previamente, que quase toda a costa mediterrânea de oeste a sul da Anatólia seria concedida ao reino italiano, além de que este teria uma “área de influência”, ao nordeste, dentro de um Estado turco. Isto não excluía que, dentro dos limites destas duas zonas, algumas concessões existissem: a cidade de Esmirna devia ser um porto franco para o comércio britânico e francês; a tarifa aduaneira otomana já existente deveria permanecer em vigor por vinte anos; e o funcionamento da chamada “Ferrovia Aidin”, uma propriedade britânica dentro do Império, deveria ser garantido e respeitado³.

Por sua vez, a saída da Rússia da guerra cancelou os acordos secretos iniciais que estabeleciam o controle de Constantinopla e de uma região no extremo leste da Anatólia, que se entendia da fronteira com a zona francesa ao sul até o Mar Negro⁴. Desta maneira, os Estreitos de Dardanelos e Bósforo, tão importantes econômica e estrategicamente aos desejos britânicos por ligarem o Mar Negro ao Mediterrâneo, estavam “livres” para que Londres decidisse sua preferência, a qual se alinhou ao comando de que estes deveriam ser internacionalizados, fora do controle direto de qualquer potência europeia.

Além disso, a saída russa da guerra permitiu que o desejo britânico de estabelecimento de um Estado armênio independente fosse possível no extremo leste da Anatólia. Mesmo que sem fronteiras exatamente claras, a ideia residia que tal Estado encontrasse seus limites anatolianos nas áreas onde os turcos fossem indubitavelmente maioria. Além disso, almejava-se que a Armênia, após um período sob tutela de uma “potência neutra”⁵ e amigável a Londres, eventualmente se tornasse “uma barreira eficaz contra o panturanismo⁶ e também contra a agressão de potências estrangeiras em direção aos países árabes”⁷.

Em discussões que se iniciaram em meados de novembro, o Conselho tinha em mente que não havia se comprometido “a abrir mão de quaisquer de seus direitos, relações, facilidades ou outros interesses preexistentes, políticos ou econômicos, nessa região (por exemplo, possessões territoriais, protetorados, capitulações, concessões a súdi-

3 CAB/24/72, p. 10.

4 BUCHANAN, Sir G. Carta, mar. 1915. In: LOWE, C. J.; DOCKRILL, M. L. (Ed.). *The Mirage of Power*. Vol. 3: *The Documents*. London; Boston: Routledge & Kegan Paul, 1972. p. 511.

5 “Neutro” excluía a Itália e a França. Já havia sido indicado que a potência “neutra e amigável” ideal seria os Estados Unidos.

6 O panturanismo era entendido como o equivalente a “panturquismo”, uma ideologia proclamada pelo partido governante do Império Otomano no início da guerra. Em termos gerais, a ideia era unir todos os povos de origem turca em um único Estado de forma territorial contínua. Assim, desde o território da atual Turquia até partes da Ásia Central.

7 “[...] an effective barrier against Pan-Turanianism, and also against the aggression of foreign Powers in the direction of the Arab countries”. CAB/24/72, p. 10.

tos britânicos, etc.)” em relação ao Império Otomano⁸. Também se constatava que “de modo geral, as populações não turcas devem ser libertadas do domínio turco e ter uma oportunidade de vida nacional e desenvolvimento econômico”⁹. Nesta direção, em 21 de novembro, um memorando redigido pelo Departamento de Inteligência do *Foreign Office*¹⁰ instruía os ministros de que, no que dizia respeito à parte europeia do Império e a Anatólia, o governo de Sua Majestade não estava interessado em impedir que um Estado Nacional turco fosse mantido¹¹.

O entendimento dos compromissos junto às outras Potências, assim como Londres enxergava como sua *desiderata*, poderiam apenas aparentar o que seria tirado de Constantinopla, à primeira vista. Porém, suas entrelinhas já representavam, em estágio inicial, demonstrações de como o Império Britânico lidaria com a questão do ponto de vista da existência e forma do Estado otomano “pós-tratado de paz”: a “pátria turca” não deveria ser destruído e o que restasse dele deveria ser o “lar nacional” dos turcos.

Portanto, nos momentos antecessores às negociações de paz, as decisões em Londres eram confluentes ao fato de que, ao final de tudo, um Estado turco “para os turcos” existiria em uma parcela reduzida do norte-noroeste da Anatólia. Mas haveria alguma ideia de qual seria sua forma política naquele momento?

As discussões aparentavam não contemplar essa questão. Neste ponto, relembrar o relatório do dia 21 de novembro é novamente frutífero, uma vez que ao se mencionar o que Reino Unido não havia se comprometido a abrir mão, o que se ilustrava era justamente a lógica ministerial naquele momento era de uma “simples” continuidade do que já existia com algumas alterações territoriais. A decisão do Conselho de Ministros de que a futura residência do sultão otomano no pós-guerra ficaria indefinida até que as conversas em Paris se iniciassem era um forte indicativo desta manutenção de um “redesenhado” Império Otomano como algo que ele já era, um sultanato¹².

Ou seja, a postergação de uma decisão sobre se o monarca otomano permaneceria em Constantinopla ou se seria “jogado” para outra cidade dentro do Estado turco ia além de um simples desacordo entre correntes internas do governo britânico e suas razões para tal. Implicava que, mesmo que não se dissesse diretamente ou se desse conta a re-

8 “(...) to giving up any of their pre-existing rights, relations, facilities, or other interests, political or economic, in this region (e.g., territorial possessions, protectorates, capitulations, concessions to British subjects, &c.)”. CAB/24/72, p. 3.

9 [...] in general way that the non-Turkish populations shall be liberated from Turkish misrule, and given an opportunity of national life and economic development. CAB/24/72, p. 3.

10 O Ministério das Relações Exteriores, comumente referido como Foreign Office, é o órgão do governo britânico responsável por administrar as relações, a diplomacia e a política externa do Reino Unido com outras nações.

11 CAB/24/72, p. 10.

12 CAB/24/72, p. 10; 19.

speito, o molde de um Estado já estava na mesa. Mas isto tudo podia ser momentâneo, já que as decisões não eram oficiais e se teria uma caminhada de negociações.

NEGOCIAÇÕES DE PAZ E SEUS DESDOBRAMENTOS

Que as negociações específicas ao futuro otomano na Conferência de Paz de Paris, ocorridas entre abril e junho de 1919, não chegaram a uma conclusão é um fato. Os esboços do que seria um território “turco” propostos variaram, com reduções de tamanho eventuais para além da ideia que o Reino Unido tinha primariamente, além de esquemas que propunham administrações diversas. O primeiro-ministro britânico, David Lloyd George, enviado à Paris para negociar junto ao chamado “Supremo Conselho”¹³ tinha certa autonomia para propor e negociar arranjos, mas não para decidir sem o aval de seus ministros em Londres e da chamada “Delegação Britânica”, uma equipe especial enviada para auxiliá-lo nas negociações na capital francesa, composta por membros do *Foreign Office*, do *India Office*¹⁴ e do Secretariado de Guerra (*War Office*).

Esta Delegação entrou em especial ativação em maio, quando um plano que previa a divisão da Anatólia “turca” em duas entidades políticas separadas indicou certa confluência entre os membros do Supremo Conselho. Lloyd George, que havia indicado o desenho que levou a esta configuração, propôs que, nesta ordem, o sultão permaneceria em Constantinopla, detendo soberania nominal sobre um Estado anatoliano dividido em dois mandatos, um francês e outro italiano (HELMREICH, 1974, p. 117).

A Delegação Britânica, contudo, não concordava com uma divisão nestes termos e a vetou. A vocalização feita de Arthur Balfour, então Secretário de Relações Exteriores e membro da Delegação, era bastante ilustrativa da linha seguida por muitos de seus companheiros, defensora de que os turcos deveriam permanecer em sua “verdadeira pátria”, o bloco central da Anatólia, sob nenhum mandato, sem ignorar que o controle internacional sobre o Estado que existia antes da guerra deveria permanecer¹⁵.

O ponto em que Balfour se diferenciava de alguns de seus colegas estava em onde o sultão o permaneceria: para ele, o monarca otomano deveria ser retirado de Constantinopla, enquanto outros, especialmente membros do *India Office*, encabeçados por Edwin Montagu, Secretário de Estado da Índia, apontavam para importância desta per-

13 O “Conselho Supremo” era formado pelos chefes executivos da Itália (Vittorio Orlando), do Reino Unido, da França (Georges Clemenceau) e dos Estados Unidos (Woodrow Wilson).

14 O India Office era um departamento do governo britânico com fins de supervisionar a administração do domínio da Coroa na Índia e em suas presidências e províncias, por meio do vice-rei britânico e de outros funcionários. Os territórios administrados abrangiam a maior parte das nações atuais do subcontinente indiano, bem como o Iêmen e outros territórios ao redor do Oceano Índico. Era chefiado pelo Secretário de Estado da Índia, um membro do gabinete britânico, que era formalmente assessorado pelo Conselho da Índia.

15 CAB/24/95/93, p. 325.

manência para as populações do Islã sob controle de Londres, já que o sultão detinha o título de califa¹⁶.

Dias depois, ao comunicar o veto de seu governo aos representantes Aliados, Lloyd George, que já demonstrara não se importar com a permanência do sultão na capital otomana, rememorava um discurso que fizera em janeiro de 1918, que dizia que o governo britânico não contestava a “manutenção do Império Turco nas pátrias da raça turca, com sua capital em Constantinopla”¹⁷.

Quando Woodrow Wilson, presidente norte-americano, propôs ao Supremo Conselho um arranjo em que o sultão seria soberano sobre todo o território da Anatólia “turca”, podendo, caso quisesse, permanecer em Constantinopla – ainda que sem soberania sobre seu entorno e Estreitos – o Conselho de Ministros britânico rejeitou a proposta. A recusa, todavia, não residiu nos fundamentos da ideia de Wilson quanto à posição do sultão e de seu Estado, mas no fato em que este deveria aceitar o aconselhamento de um Poder em assuntos específicos, como financeiros e econômicos, sendo a França a escolha provável para a tarefa. Logo, aquilo foi entendido como sendo, na prática, um mandato francês “escondido” (HELMREICH, 1974, p. 120).

Os assentamentos propostos por Londres levavam em consideração uma hipotética responsabilidade norte-americana na área de Constantinopla, Estreitos e Armênia, mas estes eram pontos que os Estados Unidos não haviam se comprometido a honrar e que seriam deliberados posteriormente por seu Senado. Portanto, era contraproducente negociar em bases incertas.

A posição oficial adotada pelo governo britânico foi de esperar uma resposta norte-americana, almejada para agosto, para então discutir o assunto otomano. Porém, quando setembro já estava em seu final e um retorno de Washington ainda era pendente, Lloyd George se sentia confortável o suficiente para afirmar aos seus ministros que a situação otomana deveria ser considerada pelo Gabinete o mais cedo possível, algo, por sua vez, consentido¹⁸. Tendo isso em mente, o raciocínio adotado foi o de negociar diretamente com a França as linhas gerais de um tratado, com quem o governo detinha a maior parte de seus compromissos.

Uma primeira reunião, bastante preliminar, foi realizada em Londres, em 03 de dezembro. Amplamente focada na discussão dos mandatos franco-britânicos na Mesopotâmia, a conversa entre Lloyd George e M. Louchet, representante francês, não aparentou, de

16 CAB/24/95/93, p. 325-326.

17 MONTAGU, Edwin. Memorando, dez. 1919. In: LOWE, C. J.; DOCKRILL, M. L. (Ed.). *The Mirage of Power*. Vol. 3: *The Documents*. London; Boston: Routledge & Kegan Paul, 1972. p. 744.

18 CAB/23/37/1, p. 13.

acordo com suas minutas, interessar-se muito na questão da Anatólia. Loucher trouxe consigo um esboço de plano e, em relação ao Estado “turco”, o cerne apresentado era manter o sultão em Constantinopla, porém com os Estreitos controlados pela França e o Reino Unido, por meio de um conselho anglo-francês para sua administração. Como foi dito, porém, este seria um controle a ser feito por detrás de uma “fachada turca”¹⁹.

Ainda que sem uma definição clara dos limites deste Estado, outros conselhos seriam necessários: um para a administração das ferrovias, e outro, este “anglo-franco-italiano”, para a exploração de carvão no distrito de Heraclea²⁰. Ele argumentou que, se a França tivesse que permanecer na Cilícia, algum grau de proteção para os armênios locais deveria ser realizado por meio de uma ligação de um oficial ou administrador britânico ou francês “com a equipe dos Valis turcos e altos funcionários”²¹. Nesse sentido, Loucher estava indicando não apenas que, em caso de, não era almejado um controle direto da região, mas também possíveis fronteiras do sultanato.

Quando o primeiro-ministro britânico se reuniu com seu Conselho para discutir o diretamente o esboço de Loucher, o debate centrou-se no futuro do sultão em Constantinopla. Neste momento, os ecos que vinham desde antes da Conferência de Paris se mostravam claramente. Ministros como Lorde George Curzon (Secretário de Relações Exteriores), Balfour (Lorde Presidente do Conselho) e o próprio Lloyd George expressaram sua oposição.

Curzon, talvez o mais entusiasmado defensor da alternativa de expulsar o sultão de sua capital, defendeu que uma Comissão Internacional administrasse Constantinopla e o Estreito, com os turcos sendo privados dessa região. Para ele, a temida questão da reação do Islã seria, na verdade, minimizada se o sultão fosse removido, uma vez que sua permanência seria vista no mundo muçulmano como prova de que “nunca o havíamos realmente derrotado, e ele se tornaria imediatamente o centro da reação e de futuros problemas”²². O ministro, não obstante, propôs um plano alternativo em caso de reação do sentimento muçulmano e/ou indiano: o monarca otomano poderia residir em Constantinopla sem qualquer autoridade sobre ela, em uma espécie de “vaticano”, enquanto a capital oficial do sultanato não seria a cidade. Permanecendo ou não, o Curzon frisou que esferas de controle econômico deviam ser definidas a cada Aliado, além de que cada um detivesse o controle de um órgão do Estado otomano²³.

19 CAB/23/35/2, p. 14.

20 CAB/23/35/2, p. 13-14.

21 CAB/23/35/2, p. 14. “Vali”, em turco, seria uma espécie de administrador local.

22 “[...] we had never really defeated him, and he would come at once the center of reaction and future trouble”. CAB/23/35/4, p. 36.

23 CAB/23/35/4, p. 30-32;

Enquanto Balfour repetia seus argumentos defendidos claramente na Conferência de Paz, Lloyd George, por sua vez, entendia que era preferível que o sultão e seus ministros fossem transferidos para Bursa, onde seria sua capital. Lá, portanto, ele ficaria longe dos perigos que a presença de Poderes europeus na cidade representaria na conjuntura de pós-tratado, já que, entre outras coisas, o sultão teria apenas uma guarda pessoal. Nesse aspecto, os franceses eram especialmente perigosos, pois “sempre tentavam influenciá-lo”²⁴. Em caso de permanência, as palavras do primeiro-ministro também demonstravam que o sultão não poderia ter controle direto sobre os Estreitos de jeito nenhum, já que isto tiraria o controle absoluto europeu de trânsito livre entre o Mar Negro e Mediterrâneo²⁵.

Se Bonar Law (Lorde do Selo Privado) se punha em uma posição neutra quanto à questão, indicando que a permanência deveria ser condicionada ao quanto esta afetaria o futuro britânico na Índia, Egito e “Mesopotâmia”; Edwin Montagu (Secretário de Estado da Índia), H.A.L Fisher (Secretário de Estado da Educação) e Winston Churchill (Secretário de Estado da Guerra) punham-se em outra.

Montagu vocalizava as preocupações de seu ministério, enfatizando que as reações da comunidade muçulmana seriam potencialmente destrutivas se o monarca otomano, vigente califa do Islã, fosse expulso de Constantinopla, a tal ponto que a ideia nem a ideia de um “Vaticano do sultão” seria real efeito apaziguador²⁶. Era evidente que uma Comissão Internacional administraria a cidade e os Estreitos, mas o acordo de paz deveria observar que esta o faria em nome do sultão, que permaneceria na cidade²⁷.

Enquanto Fisher estava de acordo com Montagu, defendendo a permanência pelos mesmos motivos e dentro da mesma proposta “nominal”, Churchill, por sua vez, não detinha fixa posição sobre a permanência, porém não por conta de uma indecisão como a de Bonar Law. De fato, sua posição reiterava que apoiaria qualquer decisão que fosse tomada por Lloyd George e Clemenceau quanto ao futuro da questão otomana, uma vez que as condições militares e de controle Aliado da Anatólia se deterioravam progressivamente e havia real perigo de uma penetração bolchevique Oriente Médio adentro²⁸.

No entanto, ao identificar que seria perigoso deixar o sultão residir em Bursa, porque lá “ele gradualmente reuniria ao seu redor Mustafá Kemal, Enver, Trotsky e outros; que o ajudariam a construir uma enorme força hostil e transformariam a Ásia Menor e a

24 CAB/23/35/4, p. 36-7.

25 CAB/23/35/4, p. 37.

26 CAB/23/35/4, p. 32.

27 CAB/23/35/4, p. 32.

28 CAB/23/35/4, p. 33; 39.

Arábia em um (...) caldeirão de problemas”²⁹, assim sendo que, portanto, “seria sensato (...) mantê-lo em Constantinopla, sob nossos olhos”³⁰, Churchill foi além de indicar uma predileção pela cidade.

Este pensamento ilustrava a percepção britânica de que a resistência formada por Mustafa Kemal em meados daquele ano, centrada na Anatólia, não era “revolucionária”, mas sim uma reação nacionalista com o intuito de defender o sultanato das “invasões Aliadas” ocorridas após o Armistício de Mudros, as quais tomaram conta de grandes partes da Anatólia. Logo, Kemal e suas tropas lutavam pelo sultanato otomano³¹. Ademais, ao citar-se Ismail Enver, um dos chefes do triunvirato ditatorial que colocou o Império Otomano na guerra e fervoroso panturanista, se reforçava o entendimento de que os turcos seriam consonantes entre si em prol do Império tal como ele era antes do conflito, bem como se apontava para o perigo do ressurgimento de antigas demandas, as quais eram desfavoráveis aos intuitos de britânicos.

Deste raciocínio, portanto, evoluiu a constatação britânica de que a constituição de condições para um sultão “forte” no futuro, o que passaria pelo tratado de paz, seria um problema para a segurança dos interesses Aliados³². Portanto, a guia das ações de quem negociaria o tratado com os franceses seria não permitir que esse desse condições para tal. Quanto a Constantinopla, a divisão do Conselho de Ministros era uma dúvida que apenas apontava, de forma cada vez mais clara, de que a manutenção de um sultanato era desejável e, mesmo que com alguns limites e controles, útil. A questão que se impunha era muito mais até que ponto o local específico da residência do sultão traria mais benefícios ao Império Britânico após o tratado.

Lloyd George e Curzon negociaram um esboço de tratado com Clemenceau e Philippe Berthelot, diplomata francês encarregado, considerando a questão do ponto de vista que achavam mais vantajoso: a expulsão de Constantinopla. Nas conversas que se seguiram até o final do mês de dezembro, os representantes dos dois países chegaram a um arranjo que punha que o sultanato continuaria a existir, mas Constantinopla e os Estreitos não fariam parte dele – esta região seria territorial e politicamente separada e governada por uma comissão internacional. Não haveria mandatos nos territórios pertencentes ao sultão, os quais ficariam a oeste da Anatólia, mas os italianos, por sugestão britânica aos franceses, teriam uma zona de prioridade econômica ao sul³³.

29 “[...] he would gradually collect around him Mustapha Kemal, Enver, Trotsky and others, who would help him build up a huge hostile force, and turn Asia Minor and Arabia into a ... cauldron of trouble”. CAB/23/35/4, p. 38.

30 “[...] it would be wise ... to keep him in Constantinople, under our eye”. CAB/23/35/4, p. 39.

31 Discussões que demonstram claramente essa interpretação podem ser encontradas nos seguintes segmentos do Cabinet Papers: CAB/24/101/67, p. 311-320; CAB/24/101/68, p. 321-322; CAB/24/93/60, p. 1-10.

32 CAB/23/35/6, p. 55.

33 CAB/23/20, p. 12.

Nada disso, porém, queria dizer que um grau de controle sobre o governo do sultão findaria: o Conselho da Dívida Otomana continuaria a existir e uma Comissão Financeira, composta apenas pelas grandes potências, seria constituída (HELMREICH, 1974, p. 194). O intuito, portanto, era não apenas proteger os investimentos europeus já feitos no sultanato e manter os largos débitos que este possuía quando do início da guerra, mas também severizar o controle externo sobre suas finanças sem, todavia, ter que remodelar o que já existia. Como o próprio Curzon admitiria, a postura do *Foreign Office* era “[...] colocar seu governo sob tanta ajuda estrangeira e controle administrativo que garantisse que ele não repetisse ali o ultrajante desgoverno do qual tem sido culpado há séculos na Europa”³⁴.

É propriamente nesta direção que as palavras de Clemenceau endereçadas a Lloyd George em 11 de dezembro, posteriormente informadas pelo primeiro-ministro britânico a seu Conselho, abertamente apontavam: com relação ao Império Otomano que “sobraria”, o importante era, sobretudo, que a França mantivesse sua predominância financeira, assim como o Reino Unido sua predominância comercial³⁵.

Sendo a intenção de manter o controle e as benesses econômicas do pré-guerra supostamente “garantidas”, os termos alcançados entre os *Foreign Office* britânico e francês não deixariam de ser criticados por alguns ministros em Londres, assim que obtiveram conhecimento completo de seu conteúdo e puderam discuti-los em reuniões especiais em janeiro de 1920.

O problema era que os detalhes das condições financeiras³⁶ se aprofundavam tanto em sua severidade que o sultanato eventualmente não teria condições de honrar os compromissos do tratado, sem contar que tais condições representariam uma onda de gastos adicionais ao próprio Império Britânico, já que mais tropas seriam muito necessárias para se tentar impor aquele “acordo”. Nesse sentido, forçar demais as coisas e correr o possível risco de “quebrar” o sultanato era um perigo muito considerável para os interesses econômicos da Grã-Bretanha, já que

[...] o comércio do Império Britânico seria perdido se a Turquia caísse no caos. Nosso comércio com a Turquia antes da guerra era de 26%, contra 14%

34 “[...] place his Government under so much of foreign aid and administrative control as to ensure that he should not repeat there the outrageous misgovernment of which he has for centuries been guilty in Europe”. CAB/24/95/95, p. 2.

35 CAB/23/35/5, p. 44.

36 CAB/23/35/6, p. 61-64. Foi acordado que seria formada uma Comissão Financeira entre aliados, que supervisionaria o funcionamento e a equipe do sistema financeiro turco por meio de uma rede de supervisores turcos. A Comissão Financeira teria que aprovar o orçamento do governo antes que ele pudesse ser submetido ao parlamento, e não seriam permitidas emendas que não tivessem a aprovação da comissão. Ela também estaria envolvida na regulamentação da moeda e manteria um veto sobre empréstimos internos ou externos do governo. O Conselho da Dívida Otomana permaneceu separado desse comitê, muito por insistência francesa - afinal, 60% da dívida pertencia aos acionistas franceses e Paris estava preocupada em preservar essa ordem. Esses termos foram expressos no Tratado de Sèvres definitivo, especialmente nos artigos 231, 232 e 233.

da Alemanha e 12% da França: em outras palavras, os interesses comerciais britânicos eram quase o dobro dos interesses de qualquer outra potência. A perda do comércio na Anatólia significava milhares de desempregados em Manchester³⁷.

Estes protestos, que em parte englobavam argumentos de Montagu e Churchill, mas que também traduziam a preocupação de Curzon de manter um controle financeiro exacerbado para garantir a perduração dos interesses comerciais britânicos, apenas denotavam uma diferença de ponto de vista em relação à aplicabilidade de um tratado de paz para uma entidade política que continuaria “naturalmente”, ainda que bastante “descontada”. Afinal, conforme um relatório de 11 de janeiro constataria, os números de para 1913 indicavam que mais de um quarto de todo o comércio do Império Otomano era inglês, o que era mais que o dobro do número de qualquer outra potência³⁸.

Contudo, os termos financeiros, ainda que tivessem sido fonte de protesto naquele início de janeiro, ficaram um pouco de lado, já que a pauta principal foi discutir, novamente, Constantinopla. Em duas reuniões especiais, ocorridas no dia 05 e 06, muito se debateu sobre o destino da cidade e foi no dia 06 que uma decisão foi finalmente alcançada, a qual deveria ser diretriz para negociar com os franceses. Ou seja, conforme informam as minutas deste dia, “considerável maioria” do Conselho concordou em manter o sultão em Constantinopla (algo oficialmente expresso como conclusão governamental), mas sem uma força sob seu comando – à parte de, possivelmente, forças de guarda pessoal e de polícia³⁹.

Porém como se chegou a isso? Ainda que as minutas dos dois dias tenham ocultado os nomes de quem disse o que, a retrospectiva dos argumentos, bem como a análise de outros documentos, indica que a síntese de muitos pontos de vista favoráveis à manutenção batia com afirmações de Montagu, assim como muitos dos de oposição com Curzon⁴⁰. Por exemplo, o impacto da retirada do sultão, califa vigente, da capital otomana foi apontado como especialmente explosivo para o Islã indiano, enquanto se objetou que isso não seria um fator real para preocupação e que sua permanência seria uma demonstração de que ele nunca tinha sido derrotado⁴¹. Porém, desta vez, o que se diferenciou foram as tentativas de se enxergar se uma permanência seria efetiva do

37 “[...] the trade of the British Empire would be lost if Turkey fell into chaos. Our trade before the war with Turkey was 26% as against Germany’s 14% and France’s 12%: in other words, British commercial interests had been nearly twice those of any other power. Loss of trade in Anatolia meant thousands out of work in Manchester”. CAB/23/20, p. 18.

38 CAB/23/35/6, p. 55.

39 CAB/23/20, p. 07-08.

40 Muitas passagens, referentes à Índia, são quase idênticas ao que Montagu escreveu em um memorando; assim como os argumentos da oposição são muito semelhantes aos de Curzon, sendo que algumas passagens são muito parecidas com as linhas de um memorando que o secretário escreveu em repúdio a Montagu em 4 de janeiro. Conferir, por exemplo, os documentos sob os seguintes rótulos: CAB/24/95 e CAB/24/95/95.

41 CAB/23/20, p. 11; 16-17.

ponto de vista militar e o que ela poderia representar, em vista da insurgência de Mustafa Kemal na Anatólia e a ameaça bolchevique que se espalhava pela Ásia.

A argumentação em favor da manutenção do sultão em Constantinopla refletia que expulsar os “turcos” poderia ser perigoso, já que isto lhes desagradaria e se poderia criar, eventualmente, um potente inimigo. Isto estava de acordo com o diagnóstico de que os nacionalistas na Anatólia lutavam pela integridade territorial do sultanato e, uma vez que os bolcheviques entrariam em contato com eles muito em breve, uma força hostil se formaria. Esta era uma conjuntura para qual o governo britânico não possuía tropas para fazer frente. Remover o sultão de Constantinopla “acrescentaria mais uma faísca à conflagração que se espalhava”, e os turcos, tornados inimigos, também poderiam acabar comprometendo uma linha de defesa contra o avanço dos revolucionários russos em direção à Índia⁴².

Por outro lado, a argumentação de oposição via que a ameaça bolchevique era justamente um motivo para retirar o sultão de lá: a cidade era estrategicamente muito importante, de modo que um Império Otomano baseado em Constantinopla seria um forte incentivo para que a cidade fosse mirada pelos russos no futuro. Neste sentido, fossem os “turcos” relegados para a Anatólia, os bolcheviques receberiam pouco ao tentar cooperar com eles⁴³. Não fazia diferença, do ponto de vista militar, manter o sultão em Constantinopla já que o problema a ser enfrentado era a resistência na Anatólia, que não seria abrandada por uma disposição favorável quanto à permanência. Igualmente, não se deixou de lembrar que a questão do panturanismo, debatida em 1918, era ainda um problema a ser considerado e que manter o sultão em Constantinopla daria possibilidade para que ele se tornasse um possível chefe deste movimento na cidade⁴⁴.

Os argumentos contra e a favor da permanência do sultão acabariam sendo um vai-e-volta infinito. Interpretar a permanência a partir do ponto bélico requeria a consulta de especialistas: foram os relatórios naval e militar requisitados e a consulta presencial ao Chefe do Estado-Maior Geral Imperial, H.H. Wilson, que fizeram a diferença para que a decisão ministerial fosse manter o sultão em Constantinopla. As conclusões de Wilson, no caso de remoção, expressaram que se

o sultão e seu governo turco fossem removidos para a Ásia Menor, toda a posição militar seria alterada para nossa desvantagem, pois em paz perderíamos tanto o conhecimento de seus planos quanto o poder de impedir seus

42 CAB/23/20, p. 13-14.

43 CAB/23/20, p. 20.

44 CAB/23/20, p. 17-18.

preparativos, e a poderosa dissuasão de ações malignas de ter o sultão e todo o seu governo sob nossas armas desapareceria⁴⁵.

Isso, em ativos militares, implicava reconhecer a necessidade de uma reunião muito maior de batalhões para a tarefa de resguardar a zona de Constantinopla removida, além de uma criação de um sistema de defesa muito mais elaborado em relação à fronteira com o Estado otomano anatóliano. As conclusões de Wilson abertamente indicavam a possibilidade um Império Otomano hostil no futuro, de modo que mantê-lo em Constantinopla seria “eliminar” o perigo de forças turcas regulares hostis sob o nome do sultão e, portanto, os Aliados teriam de lidar apenas com “forças insurgentes do tipo daquelas criadas por Mustafá Kemal”⁴⁶.

Nada disso sairia barato e a maioria do Conselho estava suscetível aos gastos que já existiam e aos que emergiriam futuramente, como a posse dos mandatos na “Mesopotâmia”. Gastos adicionais não eram desejáveis para a conta britânica, por mais que alguns percebessem que se o tratado de paz acordado com a França e Itália seguisse a linha restritiva já estabelecida isso implicaria justamente em custos para sua imposição.

Constantinopla recebeu, em maio daquele ano, o texto do que seria nomeado “Tratado de Sèvres”, que mantinha as restrições econômicas. Se havia ministros em dúvida da aplicabilidade de um tratado sob tais termos, o maior protesto se deu quando se inteiraram sobre a linha adotada de concessão territorial aos gregos, sobretudo da região de Esmirna, algo basicamente definido em março. Se isso daria garantia um porto livre para os navios britânicos já pouco importava: a percepção que pairava era de que, naquela altura dos fatos, insistir em uma assinatura junto ao governo em Constantinopla era pífia, já que o poder realmente estava nas mãos de Mustafá Kemal, baseado em Ancara.

Churchill escreveu no mesmo mês de março a Lloyd George, que participara das negociações com franceses e italianos desde janeiro até abril, afirmando que aquele arranjo simbolizava a tentativa de impor uma paz na Turquia que exigiria exércitos grandes e poderosos, operações e ocupações longas e caras – todos fatores dos quais o Reino Unido não dispunha⁴⁷. Não adiantava acreditar que exércitos gregos dariam conta do recado e o tão-almejado controle de Constantinopla acabaria estrangulado ante os

45 “[...] the Sultan and his Turkish Government were removed into Asia Minor, the whole military position would be altered to our disadvantage, for in peace we should lose both knowledge of his plans and power to check his preparations, and the powerful deterrent from evil-doing of our having the Sultan and the whole of his Government under our guns would have disappear”. CAB/23/20, p. 03.

46 “insurgent forces of the type of those raised by Mustapha Kemal”. CAB/23/20, p. 04.

47 CHURCHILL, Winston. Carta, mar. 1920. In: LOWE, C. J.; DOCKRILL, M. L. (Ed.). *The Mirage of Power. Vol. 3: The Documents*. London; Boston: Routledge & Kegan Paul, 1972. p. 730.

avanços da resistência anatoliana. Logo, tudo isso se voltaria contra Londres, pondo em real perigo os interesses que se queria tanto garantir.

Aquilo, portanto, não significava um acordo de paz, conforme identificava Montagu em junho, já que as tropas de Kemal não cessariam enquanto Esmirna estivesse em mãos gregas e, tal como identificava Churchill, a “paz” só poderia ser imposta com o auxílio de tropas indisponíveis. Indicando que entendia os sentimentos profundos que os turcos detinham em relação a áreas que eram “naturalmente deles”, Montagu não deixava de também expressar o mesmo raciocínio posto na reunião ministerial de 06 de janeiro, uma vez que “uma Turquia amigável nos beneficia; uma Turquia enfurecida nunca deixará de fomentar problemas na Índia”⁴⁸

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Era, todavia, indiferente pensar em um “acordo aplicável” quando nenhuma das partes turcas estiveram envolvidas nas negociações que culminaram no acordo de paz de Sèvres. Todo o processo foi definido entre os Aliados, cada qual com seus interesses, e, justamente por isso, ficava ainda mais impossível escapar da mentalidade de que o lado derrotado apenas receberia as condições já prontas. Do ponto de vista dos interesses britânicos em relação à Anatólia, aquilo que se havia veiculado aos finais de 1918, foi “garantido”: estreitos internacionalizados, sem controle direto de nenhuma potência. Tampouco do sultão, que permaneceria na cidade como seu chefe “nominal” e seu “império” se estenderia até parte do meio leste anatoliano, onde encontraria a fronteira de uma Armênia independente e de, possivelmente, um Curdistão independente⁴⁹. Portanto, se manifestava aí a barreira para o “panturanismo”, ao passo que o sultão em Constantinopla teria, na prática, pouco poder.

Que o acordo “pagou para ver”, ao manter as condições financeiras restritivas, aludidas desde as primeiras reuniões com os franceses em dezembro de 1919, simbolizava a manutenção dos privilégios financeiros e investimentos dos quais ninguém queria abrir mão. Logo, tal como a reunião entre os ministros britânicos demonstrara, a manutenção do Império Otomano era importante para manter o importante domínio comercial que Londres detinha na Anatólia no pré-guerra. Inclusive, realização do chamado “Acordo Tripartido” garantiu o reconhecimento franco-italiano das oper-

48 “a friendly Turkey profits us; an incensed Turkey will never cease to foment trouble in India”. CAB/24/103/46, p. 194.

49 Entretanto, essa questão permaneceu em aberto, de acordo com os artigos 62, 63 e 64 do Tratado de Sèvres. Inicialmente, esse estado seria autônomo, com a possibilidade de solicitar a independência após o cumprimento de alguns dos pré-requisitos estabelecidos nesses artigos. Os curdos estavam entre as “nacionalidades” que reivindicaram um Estado para si após a derrota otomana, apesar de sua complexa dinâmica organizacional. Representantes curdos foram enviados a Paris durante as negociações de paz. Para saber mais sobre isso, consultar Atmaca (2022).

ações da Ferrovia Aidin após a assinatura do acordo de paz com o Império Otomano⁵⁰. Deste modo, quando os ministros reclamaram de que os termos eram muito rígidos, o faziam mais por medo que isso o Império Otomano entrasse em colapso e isso causasse severos danos domésticos ao Reino Unido.

As discussões sobre Constantinopla, tão alongadas, elucidam o desejo de continuidade do Império Otomano como um sultanato, mesmo que com o sultão fora dali ou não. Mantê-lo “vivo”, todavia, tinha o seu valor político-religioso por conta de seu papel de califa, ao mesmo passo que nunca se deixou de enxergá-lo como um possível ator “perigoso” para a região, seja como um agente do panturanismo ou do movimento de resistência anatoliano, seja como um ator “bolchevique”.

Este segundo ponto mostra algo por trás de si mesmo: poder-se-ia entender que manter a existência desta figura tão perigosa não valeria a pena, mesmo com a questão da Índia, mas a naturalidade com que os ministros e outros oficiais, como H.H. Wilson, discutiam como o Reino Unido possivelmente “frearia” tais cenários dá mais um indício de o que existiria era o resto do Império Otomano derrotado, sem “revoluções”. Ou seja, uma possibilidade de Estado diferente de um sultanato nem parecia passar pela cabeça, ao mesmo tempo de que ela era reforçada por interesses político-econômicos que talvez obscurecessem ainda mais um pensamento diferente que o de uma continuidade.

As decisões dos ministros britânicos, seja em Paris ou Londres, foram tomadas com o a ideia de um sultanato como plano de fundo e, mesmo quando divergiam, as questões eram “técnicas”. Assim, os elementos citados demonstram que, apesar dos pesares, a manutenção do Império Otomano como um sultanato era desejável para Londres e não impressiona que um dos primeiros esboços de tratado alcançado junto aos franceses tenha expressamente posto que “o Império Otomano, quer exista na Europa ou não, continuará existindo na Ásia Menor sob a dinastia nacional *Osmanlı*”⁵¹.

O problema pairante na realidade imprópria e repelente aos termos de um tratado de paz considerado injusto e inaplicável para a resistência turca, culminaria numa somatória explosiva que não só impossibilitaria o próprio “acordo”, mas também a continuidade almejada de um sultanato. Por certo, algumas coisas ainda não eram plenamente visíveis em maio de 1920 e a dificuldade de diálogo entre ministérios certamente dificultou a aceitação quanto ao tamanho de Mustafá Kemal e seu movimento

50 TRIPARTITE Agreement between the British Empire, France and Italy Respecting Anatolia,” opened for signature August 10, 1920, *The American Journal of International Law*, v. 15, n. 2, 1921, p. 153–159.

51 [...] the Ottoman Empire, whether existing in Europe or not, will continue to exist in Asia Minor under national Osmali dynasty. CAB/23/35/6, p. 61.

de resistência, que, por sua vez, não parecia aversivo à figura do sultão⁵². Porém, o que alguns previam e avisavam a Lloyd George, como Churchill e Montagu, não sem muita surpresa, terminaria por acontecer e o “pagar para ver” resultou em um redesenho da Anatólia bem diferente do que simplesmente impor condições a um derrotado de guerra: o Tratado de Sèvres nunca existiria na prática e, três anos depois, a assinatura de um acordo em Lausanne, na Suíça, abriria o caminho para o nascimento de uma República Turca.

Com a eclosão da república, que alçou Kemal ao cargo de presidente, não só o sultanato, que logo seria extinto, e a manutenção dos controles financeiros intrínsecos àquela administração seriam revistos, bem como o livre trânsito e controles comerciais previstos para os Estreitos e para a Anatólia. Não é surpresa, ainda, que a ideia de uma Armênia como “barreira ao panturanismo” afundaria totalmente com a retomada do controle turco do leste anatóliano ainda no ano de 1920 e o avanço soviético no Cáucaso. Isto é, se uma Armênia na Anatólia não existiria, muito menos um “Curdistão”. Em outras palavras, a assinatura de Sèvres foi um novo capítulo de uma história que, na verdade, estava longe de terminar.

52 Se os nacionalistas eram completamente honestos em suas intenções é outra questão, mas o fato é que suas declarações oficiais neste período não vislumbravam um modelo estatal que não fosse um sultanato. Patrick Kinross (2001), um dos mais clássicos biógrafos de Mustafá Kemal, argumenta que ele começou a questionar, junto à Assembleia em Ancara, o futuro do sultanato após a vitória turca em Esmirna, em 1922, mas enfrentou forte oposição parlamentar interna quanto a isso – inclusive a de parceiros destacados dentro do movimento, como Raouf Bey e Refet Bey, que defendiam a reforma do sultanato para uma monarquia constitucional na qual o sultão estaria submisso às decisões parlamentares. Para apaziguar principalmente a oposição, que zelava pelo papel da Turquia como Estado Islâmico, Kemal ventilou a separação do título de califa do de sultão, e conseguiu, em 01 de novembro de 1922, a aprovação da Assembleia quanto à abolição do sultanato. Menos de 20 dias depois, o sultão fugiu de Constantinopla em uma surdina operação orquestrada com os britânicos e o califado foi para Abdul Mejide, seu primo, que teria apenas autoridade religiosa. Kemal decidiu que o Estado turco deveria ser definitivamente uma república apenas no verão de 1923, ainda durante as Conferências de Paz em Lausanne, mas esperou para começar a ventilar a ideia com seus associados após a assinatura do Tratado, recebendo, novamente, forte oposição da Assembleia ao fazê-lo. Quando a “ventilação” começou, Kinross (2001, p.229) nos deixa à par da situação contextual: “O conceito de República estava totalmente em desacordo com o do Estado muçulmano tradicional e foi a primeira vez que a ‘palavra feia’ foi proferida no contexto turco. A ameaça da mudança causou comoção, tanto na imprensa de Istambul quanto nos lobbies do Parlamento, onde ainda não existia nenhum movimento republicano sério”.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

The Cabinet Office Papers, Kew. Documentação de arquivo com os seguintes rótulos:

CAB/23/20; CAB/23/35/2; CAB/23/35/4; CAB/23/35/5; CAB/23/35/6;
CAB/23/37/1; CAB/24/101/67; CAB/24/101/68; CAB/24/103/46; CAB/24/72;
CAB/24/93/60; CAB/24/95; CAB/24/95/93; CAB/24/95/95; CAB/42/11/5.

DOCUMENTOS OFICIAIS EM COLETÂNEAS

AGREEMENT between France, Russia, Great Britain, and Italy. Opened for signature April 26, 1915. **Miscellaneous**, n. 7, 1920.

BUCHANAN, Sir G. Carta enviada a Edward Grey. São Petersburgo, mar. 1915. In: LOWE, C. J.; DOCKRILL, M. L. (ed.). **The Mirage of Power**. Vol. 3: The Documents. London; Boston: Routledge & Kegan Paul, 1972.

CHURCHILL, Winston. Carta enviada a Lloyd George. Londres, mar. 1920. In: LOWE, C. J.; DOCKRILL, M. L. (ed.). **The Mirage of Power**. Vol. 3: The Documents. London; Boston: Routledge & Kegan Paul, 1972.

MONTAGU, Edwin. Memorando enviado a Arthur Balfour. Londres, dez. 1919. In: LOWE, C. J.; DOCKRILL, M. L. (ed.). **The Mirage of Power**. Vol. 3: The Documents. London; Boston: Routledge & Kegan Paul, 1972.

TREATY of Peace with Turkey. Opened for signature August 10, 1920. **Treaty Series**, n. 11, 1920. p. 1-100. Disponível em: <https://ia804601.us.archive.org/30/items/TS00113/TS0011.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2025.

TRIPARTITE agreement between the British Empire, France, and Italy respecting Anatolia. Opened for signature August 10, 1920. **The American Journal of International Law**, v. 15, n. 2, 1921.

FONTES SECUNDÁRIAS

ATMACA, Metin. The Road to Sèvres: Kurdish Elites and Question of Self-Determination After the First World War. **International Journal of Conflict and Violence**, v. 16, p. 1-13, 2022.

HELMREICH, Paul C. **From Paris To Sèvres**: The Partition of the Ottoman Empire at the Peace Conference of 1919-1920. Ohio. Ohio State University Press, 1974

KINROSS, Patrick. **Atatürk: The Rebirth of a Nation**. Londres: Phoenix, 2001.